tária do Estado em empresas privadas via bancos de desenvolvimento, em especial o papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Eco-nômico e Social (BNDES) no desenvolvimento industrial brasileiro; medidas de estímulo ao aumento da competitividade industrial; Parcerias Público-Privadas (PPP); Zonas Francas e de Processamento de Exportações (ZPE); fomento à formação de Polos industriais e Ar-Exportações (21 E), iniento à rollinação de Folos industrials e Afranjos Produtivos Locais (APLs), estímulo às Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME); o processo de desindustrialização e medidas para combatê-lo; efeitos das políticas cambial, fiscal, tributária e monetária sobre a competitividade industrial; Custo Brasil; doença holandesa e seus efeitos sobre a renda e o emprego industrial; políticas de incentivo ao setor de serviços. 16. Comércio exterior: barreiras tarifárias e não tarifárias, dumping e subsídios internacionais, OMC e Mercosul. 16.1. Produtividade do trabalho e Vantagens Comparativas: o modelo de David Ricardo; Teoria Neoclássica do Co-mércio Internacional - Teoremas de Heckscher-Ohlin, da Equalização dos Preços dos Fatores; de Storper-Samuelson; e de Rybczynski; Economias de escala, concorrência monopolística e comércio intraindustrial; Movimento internacional de fatores de produção. 17. Economia ambiental: indicadores de eficiência ambiental; a nova "economia verde"; 17.1. Políticas de regulação ambiental. 17.1.1. O Teorema de Coase para as externalidades; 17.1.2. A seleção da política ótima: padrões versus multas; 17.1.3. "Multiperson decisions and group externalities", o enforcement e o desempenho da regulação ambiental, pagamento por serviços ambientais, mercado de crédito de carbono. 18. Ciência e Tecnologia. 18.1. Política nacional de ciência e tecnologia. 18.2. Desenvolvimento e organização institucional do e tecnología. 18.2.1. Órgãos federais e estaduais de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico. 18.2.2. Planejamento e gestão em ciência e tecnologia: modelos e paradigmas. 18.3. Financiamento da ciência e tecnologia no Brasil: investimentos diretos públicos e privados, incentivos fiscais e fundos setoriais. 18.4. Programas e ações governamentais em energia nuclear, biotecnologia, química e mecânica finas, microeletrônica, pesquisa e tecnologia espaciais, tecnologia industrial, novos materiais e outros setores estratégicos. 18.5. Política de formação de recursos humanos para o desenvolvimento científico e tecnológico. 18.6. Programas de apoio à inventividade e à criatividade. 18.6.1. Política de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo. 18.6.2. Programas e ações de promoção da inovação tecnológica: cooperação universidade-empresa, incubadoras de empresas. 18.7. Pesquisa e desenvolvimento em ciência e tecnologia num ambiente de globalização. 18.7.1. Planos nacionais de pós-graduação. 18.7.2. Pesquisa científica em instituições de ensino superior. 18.7.3. Propriedade industrial e intelectual. 18.8. Mecanismos internacionais de transferência de tecnologia, investimentos em C&T realizados por países industrializados e por países da América Latina. 18.9. Progresso tecnológico e expansão econômica. 18.10 Acordos de cooperação científica e tecnológica com outros países e com organismos internacionais. 18.11. Princípios e conceitos éticos em ciência e tecnologia, 18.12. Desenvolvimento científico e tecnológico na perspectiva de satisfação das necessidades sociais.
Subárea: Pronunciamentos

1. Linhas gerais da história mundial e brasileira. 2. Linhas e conceitos da geografia geral e do Brasil. 3. Aspectos marcantes da agenda contemporânea, tais como: educação, saúde, segurança, comunicação, sociedade da informação, recursos energéticos, recursos agrícolas economia divisão internacional do trabalho organismos e convenções internacionais, meio ambiente, cultura, ciência, tecnologia e desenvolvimento. 4. Política e economia internacional: a ordem mundial pós-11 de Setembro, a crise financeira mundial de 2008, a ascensão econômica da China e dos países emergentes, multilateralismo, o mundo árabe em revolta e seus impactos nas relações internacionais. 5. Noções básicas de Ciência Política: poder, dominação, Estado e teorias da democracia. 6. Noções fundamentais de Direito: conceitos, aspectos gerais, princípios constitucionais, terminologia jurídica e processo legislativo. 7. História das ideias políticas e do pensamento econômico. 8. Cultura, regionalismos, diversidades linguísticas e folclore brasileiro. 9. Literatura brasileira e estrangeira. 9.1. Gêneros literários em prosa e em verso. 9.2. Principais expoentes e obras da literatura de expressão em Língua Portuguesa dos séculos XIX e XX. 9.3. Principais obras do cânone ocidental dos séculos XIX XX. 9.4. Semântica do texto. 10. Retórica e teoria da argumentação 11. Atualidades brasileira e mundial.

ÁREA: CONSULTORIA E ASSESSORAMENTO EM OR-CAMENTOS

ESPECIALIDADE: ASSESSORAMENTO EM ORÇA-MENTOS

Direito Financeiro e Administração Financeira e Orcamentária Pública: O orçamento público: história, evolução e natureza jurídica. Constituição Federal: Título III, Capítulos II a VI, Título IV, Títulos VI a VIII, ADCT. Princípios orçamentários. Receita pública: conceito, classificações, estágios, tributos, contribuições sociais, dívida ativa. Despesa pública: conceito, classificações, estágios. Or-çamento tradicional, orçamento-programa e orçamento base-zero: conceitos, técnicas, vantagens, limitações, processo decisório. O ciclo orçamentário ampliado: PPA, LDO e LOA. Planejamento governa-mental e orçamento público: visão histórica e contemporânea. Planejamento na Constituição. Integração planejamento-orçamento. Pla-no Plurianual: caracterização, finalidade, estrutura básica, prazos. Mo-delos dos Planos: PPA 2000- 2003 a PPA 2012-2015. Projeto e Lei do PPA 2012/15. Lei 4.320/1964. A Lei de Diretrizes Orçamentárias: caracterização, conteúdo e prazos. Projetos e leis diretrizes orçamentárias para 2012 e 2013. Lei Complementar101/2000 e suas alterações - Lei de Responsabilidade Fiscal. A Lei Orçamentária Anual: caracterização, conteúdo, prazos, classificações. Projeto e lei orçamentária anual para 2012. Processo Legislativo orçamentário: Emendamento, discussão, participação, votação e aprovação das leis de natureza orçamentária. Ciclos legislativos orçamentários. O papel do Congresso Nacional e da Comissão Mista de Planos, Orçamentos

Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional. Resolução do Congresso Nacional 01/2006. Resolução do Congresso Nacional01/2002. Sistemas de planejamento, de orçamento e de administração finan-ceira. SIOP, SIAFI, SIASG, SIGPLAN e Siga Brasil. Papel dos órgãos central e setoriais de orçamento. Proposta orçamentária e sua integração com PPA e LDO. Execução orçamentária e financeira. Descentralização orçamentária. Transferências constitucionais, legais e voluntárias. Legislação sobre o tema. Decreto 6.170/2007 e suas alterações. Portaria Interministerial 507/2011 e suas alterações. Créditos adicionais. Controle e avaliação da execução orçamentária. O sistema de controle interno. O controle externo e o papel do Tribunal de Contas da União. Exame de contas. O papel do Congresso Nacional no Sistema de Controle. O Controle de Obras Públicas pelo Congresso Nacional. Lei de Responsabilidade Fiscal e planejamento: impacto dos instrumentos de acompanhamento da política fiscal sobre a elaboração e a execução das leis orçamentárias. Contingenciamento Restos a pagar. Reabertura de créditos orçamentários. Créditos adicionais. Superavit financeiro. Apuração dos resultados fiscais nas leis orçamentárias: Riscos Fiscais, Metas Fiscais, Margem de expansão das despesas obrigatórias, Resultado primário da União. Economia do Setor Público: Evolução do papel do Estado. Funções do orçamento. Conceito de bens públicos e semipúblicos e o seu financiamento. A função do Estado na economia moderna. O financiamento do gasto público no Brasil. Estrutura e competências constitucionais no Sistema Tributário Nacional. As fontes de financiamento da seguridade social. Conceito de carga tributária bruta. Financiamento público por meio da emissão de dívida pública e emissão de moeda: limites e consequências do endividamento. O resultado do BACEN. O relacionamento entre o BACEN e o Tesouro Nacional. A remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional. Federalismo fiscal: os mecanismos constitucionais de repartição das receitas públicas. Princípios e incidências do ônus tributário. Princípios econômicos da neutralidade e equidade. Princípios constitucionais tributários: limitações do poder de tributar, tributos diretos e indiretos; incidência formal e incidência efetiva. Política fiscal. O efeito multiplicador de curto prazo, na demanda agregada, dos gastos do governo e da tributação - como função da renda - em um modelo Keynesiano fechado. O teorema do orçamento equilibrado. Política monetária. Oferta e demanda de moeda. Razões para retenção da moeda. O mecanismo de criação e destruição da moeda. A base monetária. O multiplicador dos meios de pagamentos. Mecanismo de controle da oferta monetária. O equilíbrio de curto prazo do mercado monetário e o papel da taxa de juros. As funções do BACEN e do CMN. Estrutura do Sistema Financeiro Nacional. Composição dos principais agregados monetários no Brasil. Políticas fiscal e monetária. O equilíbrio geral envolvendo os mercados de bens e monetário e as eficácias das políticas fiscal e monetária. Dívida do setor público no Brasil. Dívida interna e dívida externa. Composição da dívida por esfera de governo. Conceito de dívida líquida. A relação da dívida com o déficit público. A relação da dívida com o déficit público e com a entrada de capitais no país. Medição do resultado do setor público. Os critérios acima da linha e abaixo da linha. As necessidades de financiamento do setor público (NFSP). Composição por esfera de governo em anos recentes. Os conceitos de resultado primário e resultado nominal - como pro-porção do PIB. Os conceitos de carga tributária líquida e de resultado corrente do setor público. Contabilidade: Conceito. Objeto. Campo de aplicação. Princípios fundamentais. Contabilidade pública: Estrutura do Plano de Contas da Administração Pública Federal. Contas patrimoniais, de resultado e de compensação. Escrituração contábil relativa à receita orçamentária e à despesa orçamentária da União: a) critérios de reconhecimento; b) previsão da receita e arrecadação; c) fixação da despesa e empenho, liquidação e pagamento; c) utilização do crédito disponível: pré-empenho, empenho e descentralização de crédito interna e externa; d) bloqueio e cancelamento do crédito disponível; e) abertura e reabertura de créditos adicionais; f) inscrição, cancelamento e execução de restos a pagar. Demonstrações contábeis: balanços orçamentário, financeiro e patrimonial. Apuração do superávit financeiro: a) por meio do balanço patrimonial; b) por meio das disponibilidades por fonte de recursos. Estatística: Conceitos. Princípios básicos. Distribuição de Frequência. Representação gráfica. Medidas de tendência central de dispersão. Números índices. Probabilidade: conceitos básicos. Distribuição normal. Correlação. Regressão linear simples e ajustamento de curvas.

EDITAL Nº 6, DE 5 DE JANEIRO DE 2012 RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 2/2011 (CARGO: ÁNALISTA LEGISLATIVO)

A Diretora-Geral do Senado Federal torna públicas as retificações, a seguir elencadas, do Edital nº. 2, de 22 de dezembro de 2011, públicado no Diário Oficial da União nº. 246, de 23 de dezembro de 2011, páginas 360 a 369:

1. Fica suprimido, no Anexo I, o requisito específico de registro no órgão de fiscalização do exercício profissional para as áreas/especialidades de APOIO TÉCNICO AO PROCESSO LEGISLATIVO - PROCESSO LEGISLATIVO, APOIO TÉCNICO AO PROCESSO LEGISLATIVO - APOIO TECNICO APOPROCESSO LEGISLATIVO - TAQUIGRAFIA, APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO - ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E REVISÃO DE TEXTOS GRÁFICOS - REDAÇÃO E REVISÃO e CO-MUNICAÇÃO SOCIAL - COMUNICAÇÃO SOCIAL (PRODUTOR DE MULTURADIA) DE MULTIMÍDIA).

2. Fica acrescido ao Anexo II (Conteúdos Programáticos). com relação à Prova de Conhecimentos Gerais para a área de CO MUNICAÇÃO SOCIAL, o seguinte assunto: "Regimento Interno do Senado Federal e Regimento Comum"

 Ratificam-se as demais disposições contidas no Edital nº. 2, de 22 de dezembro de 2011, mantendo-se inalterados os dispositivos não alcançados pelo presente edital de retificação.

DORIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO

EDITAL Nº 7, DE 5 DE JANEIRO DE 2012 RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 4/2011 (CARGO: POLICIAL LEGISLATIVO)

A Diretora-Geral do Senado Federal torna pública a seguinte retificação do Edital nº 4, de 22 de dezembro de 2011, publicado no Diário Oficial da União nº. 246, de 23 de dezembro de 2011, páginas 375 a 380:

1. Onde se lê nos itens 17.3, 17.6, 17.9, 17.13.2 e 17.15.1: "(...) 15.6 (...) 15.13 (...) 15.15 (...)", leia-se, respectiva-mente: "(...) 17.6 (...) 17.2 (...) 17.13 (...) 17.15 (...)". 2. Ratificam-se as demais disposições contidas no Edital nº. 4, de 22 de dezembro de 2011, mantendo-se inalterados os dis-

positivos não alcançados pelo presente edital de retificação.

DORIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO

Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL **SECRETARIA**

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 101/2011 celebrado entre o STF e a empresa Redecom Empreendimentos Ltda.-EPP. (Processo 347.252). Objeto: Prestação de serviços de fornecimento, instalação, configuração, programação, ativação e testes de sistema digital de CFTV IP/Poe do STF. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93. Valor global: R\$ 801.623,00. Assinatura/Vigência: 30/12/2011. Assinam: Pelo STF, Sr. Washington Luiz Ribeiro da Silva - Diretor-Geral Substituto; pela Contratada, Sr. Rodrigo Miranda Naves.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo nº 346079. Objeto: Contratação da Assinatura da Revista dos Tribunais Online. Contratado: Editora Revista dos Tribunais Ltda. Fundamento Legal: Art. 25, inciso I da Lei nº 8.666/93. Declaração de Inexigibilidade: em 04/01/2012, por José Francisco Campelo da Silva, Secretário de Administração e Finanças Substituto. Ratificação: em 04/01/2012, por Washington Luiz Ribeiro da Silva, Diretor-Geral

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

EXTRATOS DE CONTRATOS

Contrato nº 94/2011 celebrado entre o STF e a empresa Maxetron Contato il 94/2011 Celebrato e infe o stri è a emplesa Maxeton-Serviços de Tecnologia e Informações Ltda. (Processo 346.082). Objeto: Prestação de serviços de mailing jornalístico. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93. Valor global: R\$ 5.460,00. Assinatura/Vigência: 30/12/2011. Assinam: Pelo STF, Sr. Washington Luiz Ribeiro da Silva - Secretário de Administração e Finanças; pela Contratada, Sr. Thales Vinícius Toffoli.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL **SECRETARIA**

EXTRATO DE CESSÃO

Espécie: Termo de Cessão, firmado entre o Tribunal Superior Eleitoral e a Caixa Econômica Federal. OBJETO: Cessão de equipamentos para cadastramento biométrico. FUNDAMENTO LEGAL Lei nº 8.666/93. ASSINATURA: 30/12/2011. ASSINAM: Patrícia Maria Landi da Silva Bastos, Diretora-Geral, pelo TSE, e Joaquim Lima de Oliveira, Vice-Presidente da Caixa Econômica, pela Contratada. PA nº 09.081/2011.

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Espécie: Termo de Confidencialidade vinculado ao Contrato TSE nº 152/2011, firmado entre o Tribunal Superior Eleitoral e a empresa Procomp Indústria e Eletrônica Ltda. OBJETO: Prover a necessária e adequada proteção às informações confidenciais fornecidas pelo TSE à Procomp Indústria e Eletrônica Ltda., na execução do Contrato TSE nº 152/2011. VIGÊNCIA: A partir da data da publicação no DOU e duração de 5 anos, após o encerramento do contrato. ASSINATURA: 03/01/2012. ASSINAM: Patrícia Maria Landi da Silva Bastos, Diretora-Geral, pelo TSE; e Antonio Galvão Cardoso Cintra, e Vicente Ribeiro dos Santos Representantes Legais, pela Contratada. PA nº 30.057/2011.

EXTRATO DE PROTOCOLO

Protocolo de Execução que, entre si, celebram o Tribunal Superior Eleitoral e a Caixa Econômica Federal. OBJETO: Cessão de Kits biométricos para a coleta das impressões digitais e fotografia dos eleitores. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93. ASSINATURA: 30/12/2011. ASSINAM: Patrícia Maria Landi da Silva Bastos, Diretora-Geral, pelo TSE; e Joaquim Lima de Oliveira, Vice-Presidente da Caixa. PA nº 9.081/2011.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 15º Termo Aditivo ao Contrato TSE nº 6/2006, firmado entre o Tribunal Superior Eleitoral e a empresa Monteverde En-